



iD
INSTITUTO
DIPLOMÁTICO

CARLOS
TEIXEIRA
DA MOTA

O PRIMEIRO DIPLOMATA
PORTUGUÊS EM LUANDA

(JUNHO DE 1975 - MAIO DE 1976)

ORGANIZAÇÃO
ANTÓNIO DUARTE SILVA

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X X

ÍNDICE

9	Apresentação, <i>António Duarte Silva</i>
13	O Primeiro Diário
225	A Declaração de Independência de Angola
263	O reconhecimento do Governo do MPLA
361	Estabelecimento e corte de relações diplomáticas
409	Restabelecimento das relações diplomáticas

Anexos

421	<i>Nota biográfica</i>
427	<i>O espólio</i>

© 2020, António Duarte Silva
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Carlos Teixeira da Mota: O primeiro diplomata
português em Luanda (Junho de 1975 — Maio de 1976)*

Autor: Carlos Teixeira da Mota

Organização: António Duarte Silva

Revisão: Tinta-da-china

Capa e composição: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Novembro de 2020

ISBN: 978-989-671-583-0

Depósito Legal n.º 475344/20

«Um *puzzle* gigantesco que se tenta lenta
e cuidadosamente construir – a minha
interpretação de Angola.»

Diário (23 de Julho de 1975)

«Vou-me queixar à história
Do que aqui vi fazer.»

Diário (19 de Outubro de 1975)

APRESENTAÇÃO

ANTÓNIO DUARTE SILVA

Em Junho de 1975, Carlos Teixeira da Mota (1941-1984) partiu para Luanda no exercício de funções diplomáticas, tendo como missão criar a Embaixada que passaria a representar Portugal após a independência de Angola, marcada para 11 de Novembro. Durante esse período, manteve um *Diário*, cuja publicação constituiu um desiderato conjunto do Instituto Diplomático e da família.

Mas o espólio é mais vasto e inclui várias compilações, bem organizadas:

1. Diários dactilografados (dois textos), mais um caderno manuscrito, tudo arquivado em pasta simples.
2. Um texto solto (constante da pasta de «Diários»).
3. A correspondência oficial (duas pastas encadernadas).
4. A correspondência particular (uma pasta encadernada).
5. As compilações de jornais e revistas (quatro dossiês).¹

Ora, os elementos disponíveis e a sua importância ultrapassavam largamente a mera e seca divulgação do(s) Diário(s). Aliás, o próprio Carlos Teixeira da Mota fora apresentando, nos seus escritos, indicações quanto à publicação, obviamente desejada e preparada, de um livro mais amplo sobre a descolonização portuguesa, sobretudo no caso de Angola, para o qual chegou a escrever um prefácio.

Na conclusão desse prefácio — constante das duas «entradas» do *Diário*, datadas de 17 de Janeiro de 1976 —, Carlos Teixeira da Mota

1 A descrição pormenorizada deste espólio consta do Anexo B.

não deixa de destacar dois aspectos específicos da descolonização portuguesa: primeiro, que o 25 de Abril ou a Revolução Portuguesa fora feita, «básica, principal, quase exclusivamente para resolver o problema colonial, ou seja, para criar as condições que permitissem a descolonização»; em segundo lugar, entendia «que Angola merece obra à parte, e que foi um erro tentar aplicar ideias, princípios e práticas idênticas a territórios tão diferentes entre si». Sublinha, no entanto, que no seu livro não tentaria analisar em profundidade o processo de descolonização e procuraria «evitar uma visão do mesmo baseada em preconceitos pessoais». Julgava possível atingir tal objetivo, na medida em que desde logo enunciava «o tema e os métodos adoptados para o tratar».

Quanto ao tema: visava apenas a descrição da evolução dos acontecimentos em Angola através da óptica de um observador em Luanda, que fora adjunto diplomático do alto-comissário até 10 de Novembro de 1975 e chefe da Representação Oficial Portuguesa de 11 de Novembro de 1975 até Maio de 1976.

Quanto aos métodos adoptados, seriam essencialmente dois: por um lado, «a utilização do diário pessoal mantido pelo autor durante todo esse período e da imprensa diária de Luanda»; por sua vez, «o fio à meada» seria desenvolvido pelo autor «com reflexões e enquadramentos pessoais e com a utilização de documentação oficial, a cuja divulgação já não exista obstáculo». Observava, finalmente, que dado o tom pessoal desta obra não seria possível, «nem aliás conveniente, evitar por completo referências de carácter familiar ou individual».

Foi agora decidido cumprir estritamente o programa que ele delineou e usar exclusivamente a documentação que recolheu. Por isso, salvo alguns esclarecimentos, não haverá anotações, nem remissões, nem indicações de bibliografia. Também não se usarão quaisquer outras fontes (testemunhos, memórias, teses, etc.) nem arquivos, com excepção, neste último caso, das actas do Conse-

lho da Revolução e do Conselho de Ministros relativas à declaração de independência de Angola e ao reconhecimento português do Governo da República Popular de Angola. Na documentação jornalística, todos os recortes relativos à imprensa angolana (Dossiê 1) serão referidos; quanto aos demais (constantes dos Dossiês 2 e 3) só serão considerados os que pertencem ao período histórico em causa.

Autoria, título, estrutura e sistematização do livro foram escolhidos entre outras alternativas. A opção da norma ortográfica era óbvia; nos vários tipos de textos, corrigiram-se erros, completaram-se abreviaturas, identificaram-se cargos, uniformizou-se o uso de maiúsculas e de siglas. As intervenções do organizador na recensão de imprensa estão em itálico, e, viajando no tempo, usam o presente histórico.

Quanto à publicação dos telegramas oficiais, seguiu-se o ensinamento de um qualificado especialista: apesar de os telegramas diplomáticos terem «um estilo muito próprio que, quando transcrito sem alterações, pode ser estranhado pela pontuação, pelo laconismo, pela falta de artigos e pela predominância de períodos curtos», além das «peculiaridades da linguagem diplomática, onde as coisas são mais intuídas e esboçadas que ditas», são muitas as razões para que o estilo próprio do telegrama não seja adulterado, «nomeadamente com a alteração da pontuação ou a adição de artigos, pois ele é um elemento essencial do próprio objecto, sem o qual não se entende devidamente o seu conteúdo».¹ Em cada caso, a identificação do «Assunto» e adaptação dos telegramas e demais documentos foram feitas pelo organizador.

Mas, dada a riqueza do espólio, houve que fazer algumas opções. As mais importantes foram, claro, como já avançara o próprio Carlos

1 António José Telo (organização), *António de Faria*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 108.

Teixeira da Mota, a restrição à experiência angolana e as relativas ao método e «fio à meada» da (nossa) organização do livro a editar. Finalmente, decidiu-se optar pela ordenação cronológica (e não temática ou material, seccionando a documentação) e, até — quando possível — dia a dia, conjugando, numa visão prismática, as três fontes disponíveis: primeiro, os jornais (que, em Luanda, eram publicados de manhã e à tarde), depois a documentação oficial e, por fim, a correspondente «entrada» do *Diário* (pois Carlos Teixeira da Mota narrava os acontecimentos e escrevia as suas «introspecções» à noite, antes de se deitar, como o próprio conta). Ou seja, completou-se o *puzzle*.

PARTE I

O PRIMEIRO DIÁRIO

(LUANDA, JUNHO — NOVEMBRO DE 1975)

QUINTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1975

NO DIÁRIO

A chegada simples, como se fosse em qualquer outra cidade de qualquer pacífico país do mundo.

Mas só até às primeiras palavras — as do motorista que me veio buscar e que apesar de 27 anos de Angola está disposto a ir-se embora. Enquanto se espera, longamente, pelas malas, vai dizendo porquê. Quais as razões do seu desespero, que é sobretudo colectivo — toda a gente se vai, está tudo abandonado, nada funciona. E isto apesar de um sorriso, um sorriso como se tudo se tratasse de uma partida, que agora lhe vai ser subitamente revelada. A incompreensão da história que tem de se alimentar de dramas individuais.

SEXTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1975

NA IMPRENSA

- *Um texto da agência noticiosa Reuters, datado de Lisboa, 12, e publicado no matutino A Província de Angola (PdA), é o primeiro recorte do dossiê.*

Sob o título «Combate ao Colonialismo Define Política Externa», aborda o início dos trabalhos do Comité dos 24 (Comissão de Descolonização das Nações Unidas). No discurso de abertura, o primeiro-ministro português, Vasco Gonçalves, afirmou que o combate contra o colonialismo e o apartheid constituía a pedra angular da política externa portuguesa. O caso de Angola é considerado o problema mais difícil do processo de descolonização em curso. Acrescentava ainda o telegrama aguardar-se a

chegada do alto-comissário, general Silva Cardoso, para fazer o ponto da situação em Angola.

O Colégio Presidencial (constituído por três membros, um de cada Movimento de Libertação) do Governo de Transição de Angola promulga a Lei Fundamental, definindo a organização do futuro Estado angolano.

NO DIÁRIO

Optimisticamente pensa-se que estão todos a embarcar numa paranóia, numa gigantesca paranóia colectiva feita de medo racial, de visões apocalípticas de carnificinas, de ódios ideológicos a saciar pelas armas. Como um pesadelo grande — o problema é que dele não se pode acordar e que nele comungam desde o muito mais alto responsável aos rapazitos que à noite no hotel ostentam metralhadoras.

Quase se pensa estar a viver se não um pesadelo, pelo menos um filme de acção numa cidade maravilhosa, mas onde a morte pode acontecer, acontece, a cada passo.

Cidade maravilhosa mesmo — hoje dando largas voltas por ela tive saudades de não viver nela em tempo de calma e paz até à recente prosperidade cuja paragem se lamenta.

No alto-comissário fui encontrar o sorriso do motorista, o sorriso que está para lá do desespero e da importância.

SÁBADO, 14 DE JUNHO DE 1975

NA IMPRENSA

- «Dr. Teixeira da Mota» (*acompanhando foto de recepção pelo alto-comissário*): «Chegou na madrugada de ontem, proveniente de Lisboa, o dr. Teixeira da Mota, alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que se desloca a este País na qualidade de futuro Conselheiro da Embaixada de Portugal em Angola.»
- «Acontecimentos no bairro da Cuca causam tumultos no largo do Palácio» (*com ampla reportagem fotográfica de ambos os locais*):

«[...] Desde há dias que naquele bairro se têm registado assaltos, violências e ameaças aos seus habitantes, para que estes abandonem as suas casas. Aquelas gentes, que até aqui acreditavam, como todos nós, não só nos comunicados oficiais, como nos dos Movimentos de Libertação e nas declarações de altas entidades angolanas, visando o estabelecimento dum clima de paz e de compreensão, acabam de ver a sua confiança abalada e perdida. É que, na madrugada de ontem, sentiram na sua carne os efeitos das violências com a morte dum homem ali muito considerado, que pretendeu defender a sua honra quando, selvaticamente, malfeitores tentaram violar a sua mulher, crime este que consumaram. Mas não só ela. Numa outra rua, uma outra senhora, esta mestiça, de pouco mais de vinte anos, foi igualmente violada por seis meliantes [...]»

- «Jonas Savimbi: Os combates são incompreensíveis e inexplicáveis» (*só título*).
- *O MPLA denuncia em comunicado* «distúrbios de carácter tribal», *que visariam expulsar de Luanda as populações do centro do país.*
- *A FNLA desmente os rumores sobre a convocação de uma manifestação* «formada por elementos duma certa região» e *condena* «todos os aventureiros que querem balcanizar política e fisicamente o nosso País».
- «Ciclismo atravessa Luanda» (*competição, amanhã de manhã, com indicação do percurso*).

NO DIÁRIO

Para aprofundar o passeio ontem dado de automóvel, hoje foi um passeio a pé de duas horas. Não sei se por ser sábado, a cidade parecia abandonada salvo um ou outro local de reunião. Talvez estivessem para as praias, ou o que de repente me ocorreu foi que a gente ficava em casa porque tinha medo — em casa era mais seguro enquanto se esperava pela partida.

O ESPÓLIO

I – OS DIÁRIOS

1. *Diário 1* — de 12 de Junho a 16 de Novembro de 1975, escrito em Luanda, abrangendo o período até à declaração de independência de Angola (62 páginas numeradas, com algumas indicações manuscritas que indiciam uma primeira revisão do próprio Carlos Teixeira da Mota);
2. *Diário 2* — de 20 de Novembro a 21 de Dezembro de 1975, quando a questão central é o reconhecimento do Governo do MPLA, também redigido em Luanda (dez páginas não numeradas, com seis «entradas»);
3. *Diário 3* — de 3 a 22 de Janeiro de 1976, quando a questão central ainda é o reconhecimento do Governo do MPLA, mas examinada durante estada em Lisboa, onde Carlos Teixeira da Mota se encontrava então em missão oficial (seis páginas não numeradas, com cinco «entradas»).

II – O TEXTO SOLTO

Texto constante da pasta de Diários, de sete páginas, sem título, datado de Luanda, 22 de Dezembro de 1975, dactilografado mas com algumas anotações (correções) à margem, do punho de Carlos Teixeira da Mota — «Considerações» favoráveis ao reconhecimento imediato do Governo da República Popular de Angola.

III – A CORRESPONDÊNCIA OFICIAL

Duas pastas encadernadas. Trata-se de variadíssima documentação, manuscrita e dactilografada, sobretudo textos dos telegramas

trocados com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). A maioria da documentação oficial tivera classificação de «secreto» ou «confidencial». Aqui fez-se uma selecção específica de 61 documentos. No entanto, excluiu-se tudo — e é muito — relativo às seguintes áreas:

1. Instalação da Representação (diligências e procedimentos, de que há variada documentação, sobretudo apontamentos);
2. «Contencioso económico-financeiro», futura «cooperação» e conexos;
3. «Retornados» e outras questões de particulares (sobretudo, portugueses presos ou desaparecidos);
4. Documentação relativa à situação militar interna e à retirada das forças armadas portuguesas;
5. Apontamentos manuscritos sobre constituição e funcionamento da Embaixada;
6. Apontamentos manuscritos relativos a conversas com representantes de entidades oficiais (sobretudo, do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República de Angola).

IV – A CORRESPONDÊNCIA PARTICULAR

Uma pasta encadernada. Muito variada. Apenas se usou a cópia dactilografada da carta de 6 de Fevereiro de 1976, onde Carlos Teixeira da Mota comenta um artigo de Francisco Sarsfield Cabral, publicado, em Lisboa, no semanário *O Jornal*, com o título «Depois da descolonização, o dilúvio?».

V – OS DOSSIÊS

1. O Dossiê 1

De 13 de Junho de 1976 a meados de Dezembro de 1976. Exclusivamente recortes de uma selecção cronológica de jornais angolanos, sobretudo dos dois diários mais importantes, o *Província de Angola* (depois *Jornal de Angola*) e o *Diário de Luanda*, que, à época,

não eram ainda totalmente afectos ao MPLA; já depois da independência, o *Jornal de Angola* seguiu a «linha Agostinho Neto» e o *Diário de Luanda* a «linha Nito Alves» (tendo, por isso, sido encerrado em Outubro de 1976). Recortes com indicação de datas, na maioria de textos integrais, mas alguns só com títulos. Múltiplas fotografias, a preto e branco, legendadas. Método de arquivo através de fixação com fita-cola em folhas cartolina (agora em mau estado). Como, neste dossiê, a selecção foi comprovada e cuidadosamente preparada por Carlos Teixeira da Mota e respeita exclusivamente à imprensa angolana, publicada durante a sua estada em Luanda, todos os seus componentes foram referidos.

2. O Dossiê 2

Recortes de notícias e também edições completas (de jornais angolanos, poucos, e portugueses, múltiplos), avulsos e não especificamente tratados (mas a escolha de artigos da imprensa portuguesa privilegia questões do reconhecimento do Governo de Luanda e do estabelecimento e corte de relações diplomáticas entre Angola e Portugal). Fotocópias de artigos de revistas em língua inglesa sobre a descolonização portuguesa. Todos de diferentes épocas, incluindo os acontecimentos do «27 de Maio de 1977» (ou «golpe fraccionista de Nito Alves»).

3. O Dossiê 3

Composto em função de duas épocas completamente distintas. A primeira parte é constituída por recortes muito detalhados da imprensa portuguesa de Agosto de 1974 a fim de Abril de 1975 (período em que Carlos Teixeira da Mota exerceu funções, em Lisboa, no Ministério da Comunicação Social). A segunda contém recortes, essencialmente de imprensa portuguesa entre Janeiro e Maio de 1976, e foca-se nas questões do reconhecimento

do Governo de Luanda e do estabelecimento e corte de relações diplomáticas entre Angola e Portugal.

4. *O Dossiê 4*

Recolha relativa à época em que Carlos Teixeira da Mota foi cônsul de Portugal em Joanesburgo, na República da África do Sul (Outubro de 1976 a Maio de 1979).

CARLOS
TEIXEIRA
DA MOTA

O PRIMEIRO DIPLOMATA
PORTUGUÊS EM LUANDA

foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso em papel
Coral Book de 80 g, na Guide,
Artes Gráficas, no mês de
Outubro de 2020.